

## **A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO POVOADO DE BELAS-DISTRITO DE VANDÚZI. Avaliação dos fatores catalisadores nos agricultores de subsistência**

Amigini Assiete Armando de Azevedi Sacuro<sup>1</sup>

Bulaitone Chamuca Zivale<sup>2</sup>

Regina Aparecida Leite de Camargo<sup>3</sup>

### **Resumo**

Vários estudos feitos em Moçambique apontam que existe um alto grau de Insegurança Alimentar em todo o território nacional, o que também é comprovado pela pesquisa feita no povoado de Belas, localizado no distrito de Vandúzi na província de Manica. O presente estudo baseia-se em uma pesquisa mista (qualitativa e quantitativa) de gênero exploratório-descritivo. Neste contexto, foi selecionada, aleatoriamente, uma amostra de 40 famílias dentro do povoado de Belas e foi avaliado o número de famílias que enfrentam a insegurança alimentar e nutricional com base em entrevistas utilizando a Escala Brasileira da Insegurança Alimentar (EBIA). Em adição, em 10 crianças com idade abaixo dos 5 anos foi feita a medição da altura e peso. Como resultado da pesquisa de campo, verificou-se que das 40 famílias selecionadas, 31 famílias apresentaram Insegurança Alimentar Grave, três apresentaram Insegurança Alimentar Moderada; uma tem uma Insegurança Alimentar Moderada que tende a agravar-se e, apenas duas famílias estavam em Segurança Alimentar. Estes dados permitem inferir que as políticas públicas em Moçambique, sobretudo no povoado de Belas, não estão sendo implementadas com a devida eficácia, até porque não são conhecidas por estes pequenos agricultores, contribuindo assim com altas taxas de famílias em Insegurança Alimentar.

**Palavras-chave:** *Insegurança Alimentar, Agricultores, Políticas públicas, Desnutrição.*

### **Introdução**

Cerca de 70% da população Moçambicana utiliza como fonte de produção de alimentos para o seu próprio consumo a arte de cultivar a terra a partir de técnicas tradicionais e em pequenas propriedades (FENITA; ABBAS, 2017). A produção destes alimentos é diversificada, com maior predomínio do cultivo do milho e variados tipos de hortícolas. O cultivo é feito sem auxílio de máquinas e com pouco uso de adubos químicos ou orgânicos. O núcleo familiar fica encarregado de cuidar, lavar e colher os alimentos. Grande parte destes produtos servem para o auto consumo e a outra parte para a comercialização em pequenos mercados ou feiras informais, ajudando assim na vida econômica da família e do país.

---

<sup>1</sup> Universidade Zambeze / Faculdade de Ciências da Saúde e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

<sup>2</sup> Universidade Zambeze / Faculdade de Ciências da Saúde e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

De acordo com o relatório anual da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), publicado no ano de 2018, estima-se que cerca de 45% das mortes em crianças abaixo de 5 anos estejam ligadas à má nutrição. Estudo do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional – SETSAN (MOÇAMBIQUE, 2014) concluiu que em Moçambique 24% dos agregados familiares estão em situação de Insegurança Alimentar Crônica. Segundo Abbas (2017), o Governo Moçambicano, junto com a FAO e outros parceiros, vem desenhando estratégias para a redução da insegurança alimentar através da criação de políticas, baseadas em evidências, que têm como objectivo dar aos produtores conhecimentos, capacitações e meios para desenvolver uma produção sustentável de alimentos nutritivos tanto para o consumo como para o mercado. Apesar deste apoio, o país não apresenta alterações significativas, pois estas políticas abrangem uma determinada área ou um determinado grupo populacional e não necessariamente os grupos mais necessitados, sobretudo nas zonas periféricas.

No distrito de Vandúzi, concretamente no povoado de Belas, a maior parte da população é formada por agricultores de subsistência com menos de dois hectares para o cultivo dos seus produtos, e uma boa parte do alimento produzido é utilizado para o consumo da família. O pequeno tamanho das machambas<sup>4</sup> e a falta de tecnologias mais eficientes de produção levam à baixa produção agrícola, ao acesso limitado aos alimentos e à não diversificação dos mesmos. Outros pontos importantes, que podem afetar a saúde e segurança alimentar e nutricional das famílias, são as residências feitas de material precário, o não tratamento da água consumida e a falta de saneamento do meio dentro dos seus quintais. Não obstante, o acesso ao hospital e às escolas ainda é um dilema devido à falta de dinheiro para o transporte e compra de medicamentos ou mesmo para o pagamento das matrículas.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os factores catalisadores da Insegurança Alimentar e Nutricional nos agricultores de subsistência residentes no povoado de Belas, através de entrevistas utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e de uma ficha de observação *in loco* da região. Para a análise dos dados recolhidos foram utilizadas tabelas e gráficos.

### **Políticas públicas para a alimentação em Moçambique**

Moçambique é uma nação nova, que tornou-se independente de Portugal em 25 de junho de 1975. Segundo um estudo feito em 2016 por Vunjanhe e Adriano (2015), através de

---

<sup>4</sup> Nome dado às áreas de cultivo

Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido que ocupa o poder desde a independência do país, realizou o seu terceiro congresso em 1977, onde foi estabelecida a primeira política econômica do país. Esta política procurava:

[...] responder aos desafios de edificação e expansão de um sistema educativo inclusivo, acesso a rede sanitária básica particularmente no meio rural, a produção de alimentos para fazer face a escassez de produtos básicos, infra-estruturas básicas, substituição de importações pelas exportações de modo a estabilizar-se a balança comercial do país, entre outros. A ideia central era de potenciar-se um desenvolvimento endógeno (VUNJANHE; ADRIANO, 2015, p. 10)

Os autores chamam a atenção para as drásticas mudanças ocorridas no campo moçambicano logo após a independência. O novo governo priorizou a produção de alimentos para consumo interno, para promover a segurança alimentar, embora não necessariamente a segurança nutricional. Dentro da lógica do planejamento central da economia, o setor agrícola foi reformado, com a criação das empresas estatais e a coletivização forçada do campesinato através das aldeias comunais (VUNJANHE; ADRIANO, 2015).

O mesmo estudo de Vunjanhe e Adriano (2015) elucida que numa fase posterior, que vai de 1985 a 1995, o objetivo inicial de priorização da produção voltada para o mercado interno será revertida para a lógica colonial de produção de *cash crops*, com o abandono das estratégias iniciais de combate à insegurança alimentar.

O tema da segurança alimentar só vai voltar de forma prioritária para a agenda política com a aprovação da nova Política Agrária, em outubro de 1995. A nova estratégia de promoção de SAN incluía a criação de instituições governamentais de coordenação e implementação de um sistema nacional de segurança alimentar, com maior participação da sociedade civil e de organismos internacionais. A fase inicial de implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN I) vai até o ano de 2007, quando é adotada a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional II (ESAN II), que vai de 2008 a 2015. Um dos objetivos da ESAN II era reduzir em até 30% o percentual da população em situação de fome e desnutrição aguda nos dois anos seguintes. O documento entende que a redução dos altos níveis de pobreza que assolam o país passa pelo combate à insegurança alimentar e nutricional, sobretudo entre a população mais vulnerável.

Um estudo realizado por Vunjanhe e Adriano (2015) enfatiza:

[...] uma relação muito estreita entre a redução da pobreza, a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento rural e o crescimento econômico sustentável, assumindo que o alívio à pobreza é essencial para se atingir a segurança alimentar, uma vez que a fome é tanto causa como resultado da

pobreza e a erradicação da pobreza verifica-se quando se elimina a fome (VUNJANHE; ADRIANO, 2015, p. 40)

Em 14 de Julho de 2010 o governo moçambicano criou o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) com o objetivo de garantir e coordenar a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional mas, através do Decreto nº. 69/2017, de 6 de Dezembro a promoção, a coordenação e a tomada de decisão em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional deixaram de ser feitas pela SETSAN e passaram a ser realizadas pelo Secretariado Executivo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) até os dias de hoje.

Com o decorrer do tempo, é possível observar que estão em andamento muitas atividades e projetos para promover a SAN e todas estão inclusas no plano do governo moçambicano. No Ministério da Saúde (MISAU) existe um programa cujo objetivo é a redução da Mortalidade Materno-infantil (MOÇAMBIQUE, 2015b), e o Programa de Reabilitação Nutricional (MOÇAMBIQUE, 2013a), com o objetivo de implementar o tratamento das crianças com desnutrição aguda grave, utilizando o suplemento Plumpy Nut. Já o suplemento alimentar CSB<sup>5</sup> é utilizado para o tratamento da desnutrição aguda moderada, com o apoio do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e UNICEF.

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e o Ministério agricultura e Segurança Alimentar (MASA) de Moçambique, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (MOÇAMBIQUE, 2015a) buscam enfrentar o problema com ações como: “fornecer alimentação diversificada e balanceada nas escolas; desparasitação; educação alimentar e nutricional; produção agrícola nas escolas e aquisição local de gêneros alimentícios”(VUNJANHE; ADRIANO, 2015, p. 61). O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural implementa o programa de Extensão e Desenvolvimento Rural. Por outro lado, várias ONGs nacionais e internacionais com enfoque para a USAID, FAO e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), estão trabalhando e contribuindo para a melhoria da SAN no país.

Em Moçambique, muitos estudos sobre nutrição, como os publicados por Amaro *et al.* (2017) e o Ministério da Saúde (MOÇAMBIQUE, 2012), são feitos com base na Classificação Integrada da Insegurança Alimentar (IPC), que é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares e de

---

<sup>5</sup> Mistura de milho e soja enriquecida com vitaminas e minerais [do Inglês: Corn-Soya Blend Plus]

nutrição agudas, bem como a insegurança alimentar crônica, com base em padrões internacionais. O IPC compreende quatro funções que se reforçam mutuamente, cada uma com um conjunto de protocolos específicos (ferramentas e procedimentos). Os parâmetros nucleares da IPC incluem a busca de consenso, a convergência da evidência, a responsabilização, a transparência e a comparabilidade. A análise IPC visa fundamentar a resposta de emergência, bem como as políticas e programas de segurança alimentar a médio e longo prazo.

Mas para este estudo foi escolhida a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que tem como objetivo avaliar de maneira directa uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome, cenário que se vive no povoado em estudo (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). A EBIA foi preferida em relação a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), por seu maior número de perguntas, que permitem traçar um quadro mais detalhado da situação de SAN em famílias com menores de 18 anos.

Como colocam Carrilho *et al.* (2021, p.13):

Cerca de 25% do PIB em Moçambique provém da agricultura (culturas, silvicultura, pecuária e pesca), que representa a principal fonte de rendimento de cerca de 80% da população (Banco Mundial, 2011). O país tem um dos mais baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, ocupando a posição 178 entre 186 países analisados em 2014, estando entre os países com maior intensidade de pobreza, com privações em cerca de 65% dos indicadores considerados no cálculo do IDH.

As áreas rurais são as mais deficitárias economicamente, estando a maior parte das atividades econômicas nas cidades. Como observado por Carrilho *et al.* (2021), o aumento do número de instituições financeiras no país não refletiu nas áreas rurais, que permecem com deficiência de infra-estrutura e demais produtos necessários para alavancar a economia rural. Os pequenos produtores continuam sem acesso a financiamento para a compra de insumos e mecanização das lavouras. Essa situação compromete três dos quatro pilares apontados pela ONU para garantir a SAN: produção e disponibilidade, acesso e estabilidade na oferta de alimentos.

Mas, segundo Carrilho *et al.* (2021, p. 15), em anos recentes tem sido possível observar um aumento da participação de organizações da sociedade civil em iniciativas para influenciar políticas públicas, com ganhos como o acesso de comunidades rurais aos benefícios do aproveitamento de recursos naturais. O aumento do diálogo entre instituições públicas, privadas e civis, muitas delas ligadas a atividades de produção agrícola, é outro sinal de avanço nas reivindicações por maior liberdade individual e das organizações associativas.

## **Metodologia**

Este é um estudo misto (qualitativo e quantitativo) de gênero exploratório-descritivo. Foi usada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) embora em Moçambique sejam mais utilizadas a escala do FIES e o IPC. As três metodologias avaliam as dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma determinada população, mas a EBIA não apenas utiliza as mesmas questões do FIES, como incorpora perguntas específicas para os domicílios com menores de 18 anos. Também foi utilizada uma ficha de observação *in loco* da região, elaborada para a colheita dos dados (Anexo 1) .

A EBIA é uma adaptação, para a realidade brasileira, do método norte-americano denominado US Household Food Security Survey Measure (HFSSM). A Escala capta desde a preocupação com uma eventual falta de alimentos como as situações em que a pessoa efetivamente experimenta a fome. Ou seja, registra os casos em que ocorrem: ansiedade e preocupação com o acesso aos alimentos; a redução do volume, da qualidade ou da variedade dos alimentos consumidos e a ausência de refeições ao longo do dia. Dependendo do número de respostas afirmativas no questionário da EBIA, o entrevistado é classificado como estando em situação de segurança alimentar ou em insegurança alimentar, podendo essa ser leve, moderada ou grave (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Pelo estudo de Carrilho *et al.* (2021, p. 15):

De acordo com o censo populacional de 2007, houve um crescimento da população total de Moçambique de 28% entre 1997 e 2007, o que equivale a uma taxa de crescimento anual de 2,4 %. Cerca de 70% da população moçambicana reside no meio rural, tendo a agricultura como principal fonte de subsistência. A população moçambicana é predominantemente jovem. Pouco mais de 50% da população é constituída por mulheres, numa proporção entre homens e mulheres de 91:100 (MOÇAMBIQUE, 2013). Estima-se que o agregado familiar médio seja composto por 4,7 membros nas áreas urbanas, e 4,2 nas zonas rurais (UNICEF, 2021). A densidade populacional é, em geral, baixa, com aproximadamente 26 habitantes/km<sup>2</sup>.

O Distrito de Vandúzi está localizado na região centro da Província de Manica e faz fronteira com os distritos de Barué e Macossa a Norte, Macate e Sussundenga a Sul, Chimoio a Este e o distrito de Manica, na parte Oeste. O Distrito tem latitude 18° 57'.04" Sul e longitude 33°.15'.48.5" Leste, uma extensão territorial de 2,825 km<sup>2</sup> e é atravessado por vias rodoviárias e ferroviária que o ligam ao Porto da Beira e ao Zimbabwe, constituindo o Corredor da Beira, e pelo oleoduto (pipeline) que transporta combustível para a República do Zimbabwe. Tem uma ligação rodoviária com as Províncias de Sofala e Tete, através das estradas N6 e N7.

A população em estudo localiza-se no povoado de Belas, a 8 km da vila sede do distrito de Vanduzi e limitado ao norte pelo povoado de Mucana, leste pelo povoado de Macora,

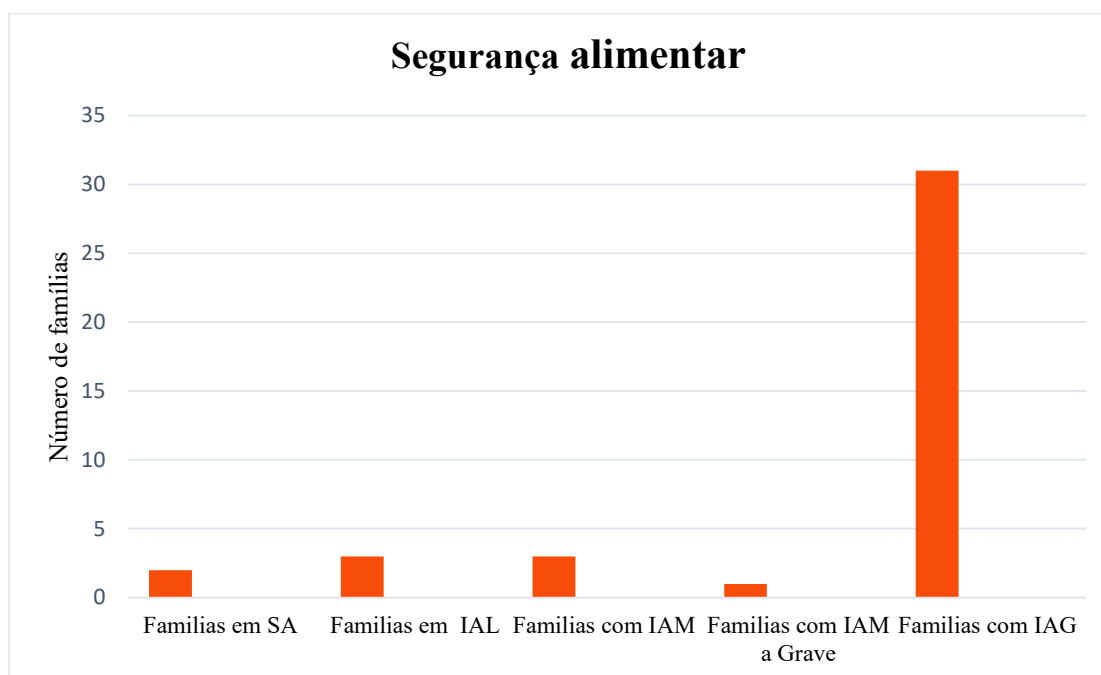
sul pelo povoado da Selva e a Oeste pela localidade de Messica. O povoado é dominado pelo clima tropical húmido, com uma temperatura média anual não superior a 24°C e uma precipitação média anual de 800 a 1.400 mm. Na região, observam-se duas estações bem distintas, a estação chuvosa e a seca. A estação chuvosa ocorre de novembro a março e a seca de abril a outubro.

O povoado é maioritariamente habitado por agricultores de subsistência, onde a produção agrícola é feita em sistemas de rega e em sequeiro, com riscos de perda de colheitas, devido à baixa capacidade de alcançar novos mercados de hortícolas (MOÇAMBIQUE, 2017). As famílias empregam métodos mistos (orgânico com uso de "estrume ou cinzas" e químico) para a fertilização dos solos. O Distrito de Vandúzi tem um total de 124.064 habitantes, mas a colheita dos dados foi feita no povoado de Belas, que tem cerca de 9.013 habitantes. Fizeram parte do estudo 40 famílias, selecionadas aleatoriamente. Foi entrevistado um membro de cada família, sendo que em 20 casos o entrevistado era homem e em 20 casos a entrevistada era mulher. Este estudo ocorreu entre junho de 2020 e janeiro do ano 2021, o processamento de dados foi feito em planilha, com a utilização do programa Microsoft Office Excel 2010. Após o lançamento, os dados foram analisados e os resultados apresentados em forma de gráficos e tabelas.

A pesquisa obteve ajuda do líder da comunidade de Belas durante as entrevistas. Como colocam Carrilho et al (2021, p.15), há em Moçambique “8.000 povoados, onde o sistema de autoridades locais (estimadas em cerca de 45 000 autoridades comunitárias) inclui três escalões, legitimados localmente, sendo 6.300 do primeiro escalão, 10 700 do segundo escalão e os restantes do terceiro escalão”. Obter o consentimento e a ajuda dos líderes locais é o primeiro passo para o bom êxito de uma pesquisa de campo no país.

## **Resultados e discussão**

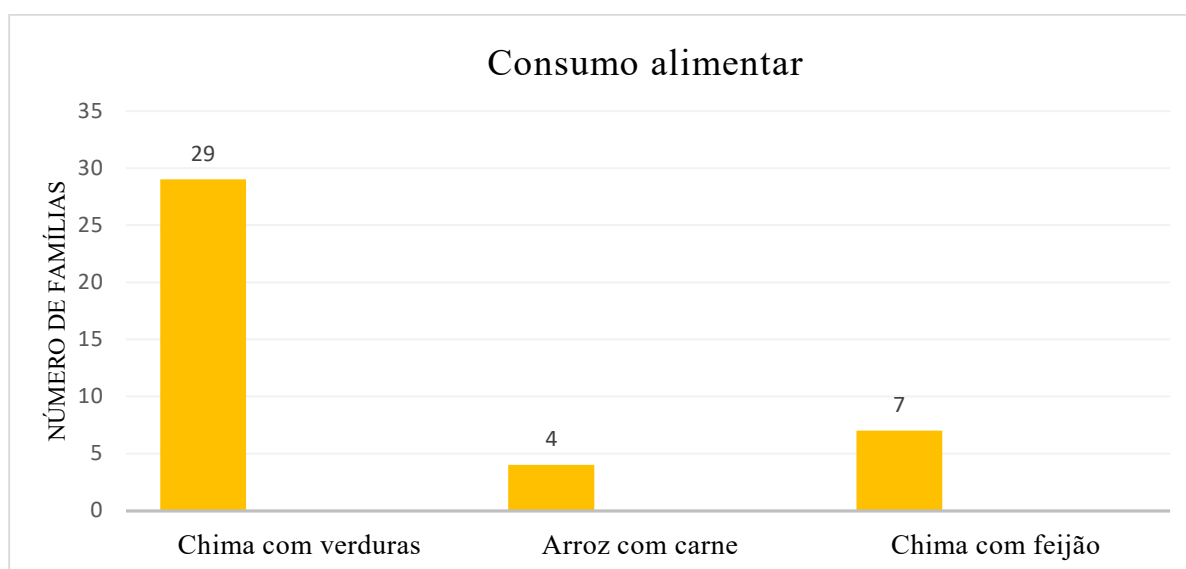
Das 40 famílias selecionadas e entrevistadas, com a aplicação da EBIA, 31 apresentaram Insegurança Alimentar Grave (IAG), três apresentam Insegurança Alimentar Moderada (IAM); uma Insegurança Alimentar Moderada que tende a agravar-se, três apresentaram Insegurança Alimentar Leve (IAL), e apenas duas famílias estavam em Segurança Alimentar (SA), como apresenta a Figura 1. Tendo em conta os resultados aqui apresentados, existe um número considerável de agricultores de subsistência em estado em insegurança alimentar, o que corrobora vários estudos feitos em outras regiões do país (ROMÃO *et al.*, 1998; MAGAUA, 2012).



**Figura 1:** Avaliação das famílias através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

Foi utilizada também uma ficha de observação in loco que nos mostra que 72,5% das 40 famílias do estudo referiram terem se alimentado a base de chima<sup>6</sup> com verdura nos últimos três meses, apenas 10% se alimentaram com arroz e carne e 17,5% suplementam a sua dieta com chima acompanhado do feijão, como ilustra o gráfico abaixo.



**Figura 2:** Alimentação das famílias entrevistadas

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

<sup>6</sup> Mingau de farinha de milho



Ademais destes alimentos, as famílias têm enriquecido as suas dietas alimentares usando leite de vaca visto que, para além dos criadores locais, há um projecto denominado “Land O Lake” que fomenta a produção de vacas leiteiras e a criação de peixes em tanques piscícolas<sup>7</sup>. Deve-se salientar que os programas de desenvolvimento da piscicultura nem sempre logram atingir os objetivos desejados, uma vez que a alternância entre chuvas torrenciais e longos períodos de estiagem podem ocasionar a perda dos tanques por transbordamento ou falta de água, como ocorreu na província de Nampula (MACUA BLOG, 2021).



**Figura 3:** Tanques piscícolas no povoado de Belas  
**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

Em algumas escolas moçambicanas, através do PRONAE, são confeccionados vários tipos de alimentos para melhorar os índices de nutrição e a retenção dos alunos nas escolas, mas este programa não é implementado em todo o país, e no povoado em estudo as

---

<sup>7</sup> Este projeto trata-se de uma aposta na piscicultura em Moçambique e possui uma enorme importância, uma vez que cerca de 24% da sua população é subnutrida (ABBAS, 2017).

A Land O'Lakes International Development é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é ser um líder global na transformação de vidas ao concentrar todo o seu foco na agricultura e em parcerias empresariais que substituem a pobreza por prosperidade, e a dependência pela autossuficiência (<https://www.landolakesventure37.org/who-we-are>)

crianças em idade escolar não são beneficiadas. Apesar de algumas famílias do povoado consumirem o leite de vaca, uma grande parte não tem a mesma sorte, tornado assim, como a única base da alimentação, a chima com verduras que são cultivadas por eles e de fácil acesso e baixo custo nos mercados locais. Há um predomínio de deficit de proteína na dieta alimentar dessa população, segundo as constatações do estudo de campo.

De acordo com dados do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN, 2013), publicado no relatório da UNICEF Moçambique (2018), oitenta e um por cento da população depende da agricultura para a sua subsistência e mais de noventa e cinco por cento das culturas alimentares são produzidas em condições de sequeiro. Sobre mesmo assunto, o autor José Negrão (2005) citado por (VUNJANE; ADRIANDO, 2005, p. 9) diz que: “É mais fácil para um camponês produzir alimentos para o consumo, do que trabalhar para um latifundiário e da renda obtida adquirir alimentos para o consumo” – o que explica a opção pela chima com verduras na alimentação das famílias entrevistadas na comunidade de Belas, visto que são alimentos que eles produzem localmente.

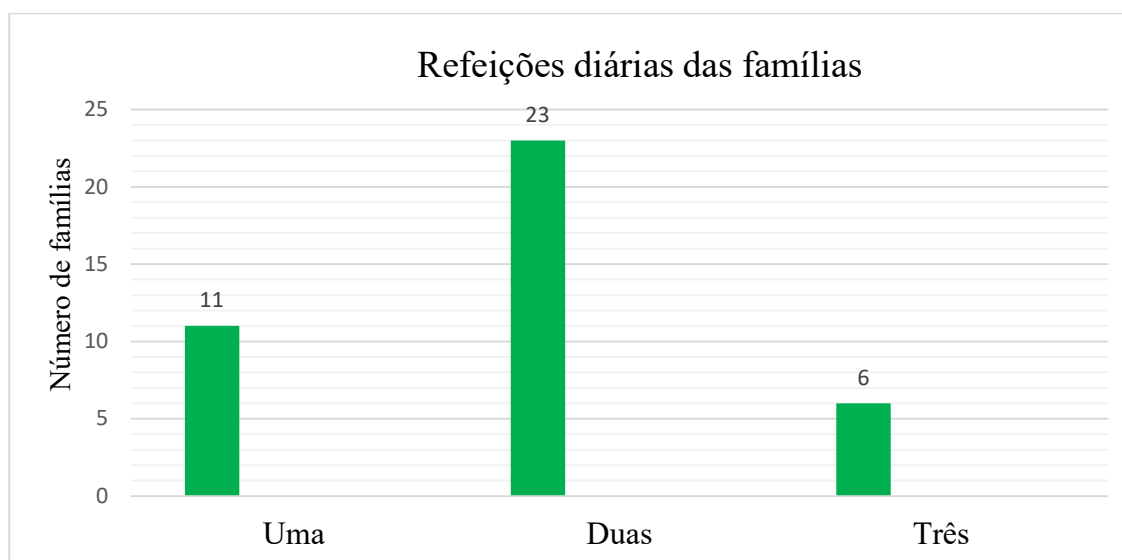


**Figuras 4 e 5 :** Viveiro comunitário de hortícolas e plantação de couve e alface no povoado de Belas  
**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

Segundo o relatório do observatório do meio rural N° 68 de Novembro 2018, no distrito de Vandúzi predominam a produção de milho, amendoim, feijões e gergelim, este último direcionado principalmente para a venda no mercado. O que não difere muito do povoado de Belas, na qual um total de 65% dos agricultores da pesquisa cultivavam o milho e

26,8 % faziam uma produção mista de milho e hortícolas. Em torno de 50 % dos agricultores pesquisados não têm mais do que meio hectare como área de produção. A insuficiência de recursos para compra de carne e também a venda (e não o consumo), por questões econômicas, dos animais de criação, justificam ser a farinha de milho com verdura a base da alimentação na maior parte dessas famílias.

Uma vez que a insegurança alimentar predomina em 31 (90%) dos agregados familiares entrevistados, pode-se chegar a conclusão de que não há variação dos alimentos pela maior parte da população em estudo. O número de refeições feitas por 57,5% das famílias entrevistadas era de duas refeições por dia, apenas 15% faziam três refeições por dia, e 27,5% apenas uma refeição, como mostra a Figura 6.



**Figura 6:** Número de refeições diárias das famílias entrevistadas

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

Este resultado é consequência das dificuldades da produção de alimentos em certos períodos do ano, agravada pelas mudanças climáticas, bem como da insuficiência de recursos para a compra de alimentos. Os alimentos produzidos neste povoado, concretamente o milho e as hortícolas, não são suficientes para manter uma dieta saudável e nem para aumentar o número de refeições diárias. Um estudo similar realizado por Viana e Segall-Corrêa (2008) conclui que a falta de dinheiro para a aquisição de alimentos e as irregularidades das chuvas para a produção agrícola foram os motivos mais referidos, sendo ambos mais frequentes nas zonas rurais. Neste estudo, apesar de 65,9% dos agricultores cultivarem principalmente para o auto-consumo, o

fato de não possuírem recursos para a compra de insumos e as pequenas áreas de cultivo, geralmente não mais do que meio hectare para a maioria dos entrevistados, contribuem para o predomínio de duas refeições diárias e a elevada porcentagem de insegurança alimentar grave.

Todos os factores envolvidos e discutidos têm uma grande relação entre si e também com a pobreza, o que leva às altas taxas de insegurança alimentar. Um estudo feito em Moçambique (CISTAC; CHIZIANE, 2003), revelou que a Política Nacional de Terras classifica as áreas de uso de terras em quatro tipos, nomeadamente tipo A, B, C e D. Estas classificações têm como base o tipo de utilizadores existentes (setor familiar, empresarial ou misto); as condições agro-ecológicas da região; a densidade populacional; a localização e intensidade de utilização da terra e o acesso aos mercados. Quanto à transmissibilidade dos direitos, a Política Nacional de Terras estabelece:

**Quadro 1:** Transmissibilidade dos direitos de uso da terra em Moçambique

<b>Tipo de terra</b>	<b>Características</b>
Tipo A	Onde predomina o uso urbano e o setor empresarial rural
Tipo B	Onde predomina o setor familiar e prevalece o direito consuetudinário na transmissão dos direitos de uso e aproveitamento da terra
Tipo C	Vedada toda e qualquer transferência onerosa de títulos, excetuando as áreas que venham a ser identificadas como sendo para a implementação de projectos previstos nos planos directores do Governo.
Tipo D	De difícil acesso, onde é possível a transferência de títulos de uso e aproveitamento da terra

Fonte: Adaptado de Cistac e Chiziane (2003) pelos autores

Em Vanduzi, nas regiões densamente populadas, verifica-se a atribuição de terras à pessoas, com recursos e poder político, para a criação de animais ou construção de estabelecimentos turísticos, isso acontecendo com mais frequência em terras próximas dos mercados e à beira da estrada, onde são adquiridas grandes quintas. Mais para o interior, a procura de terras para a produção agrícola também contribui para incitar as vendas de terras, sobretudo nos locais próximos as fontes de água, de grandes empresas ou de associações de produtores. Existem atualmente 17 associações camponesas em todo o distrito, algumas das quais integram a cadeia de produção da Companhia de Vanduzi<sup>8</sup> (INE, 2021).

De acordo com Suit e Choudhary (2015) *apud* ACB (2017):

---

<sup>8</sup> A Companhia de Vanduzi é uma empresa privada que se dedica ao fomento da produção de hortícolas e outras culturas nas comunidades de Distrito

Os agricultores em Moçambique enfrentam uma série de riscos económicos que se espera que sejam gravados pelas mudanças climáticas. A seca é o maior risco em Moçambique, seguida pelas inundações. Estas são seguidas por surtos de pragas e de doenças, a volatilidade interna e internacional de preços, conflitos (incluindo direitos de propriedade da terra inseguros e a usurpação de terras) e instabilidade política (ACB, 2017, p. 11).

Neste contexto, o governo de Moçambique, com apoio de parceiros, tem reforçado as comunidades com programas de distribuição de sementes e mudas resistentes à seca, a fim de atenuar os efeitos das diversas mudanças climáticas



**Figura 7:** Comunidade recebendo sementes de milho  
**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

Além da distribuição de sementes de milho, o governo investe também na dissiminação de novas variedades de batata-doce.



**Figura 8:** Comunidade recebendo ramas de batata-doce de polpa alaranjada  
**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021

Na Figura 8 a comunidade de Belasse está recebendo ramas de batata-doce, de variedades tolerantes à seca e de alto rendimento, produzidas no esforço da investigação nos últimos quatro anos. No projecto de Promoção da Batata-doce de Polpa Alaranjada (BDPA), a empresa Progresso foi subcontratada pelo Centro International da Batata, que recebeu fundos da Embaixada de Irlanda, para integrar as atividades deste projeto no programa de alfabetização em línguas locais. Neste contexto, a Progresso capacitou em 2015 os alfabetizadores recém contratados, em número de 83, provenientes dos 5 distritos. Eles foram capacitados em noções básicas de produção de BDPA, como forma de promover o cultivo da batata junto dos seus alfabetizandos (ASSOCIAÇÃO PROGRESSO, 2021).

Nos lares moçambicanos, em geral, o momento de refeições consiste em uma boa oportunidade de socialização, e exerce um papel importante na família. Como já descrito anteriormente, a pobreza está presente na maior parte nas zonas rurais do país e a falta de recursos dificulta a compra de material básico como prato, colher e copo. Atualmente, a maior parte das crianças se alimenta em pratos próprios ou, por vezes, compartilhado com os adultos e outras crianças. Das 40 famílias pesquisadas, em 36 famílias as crianças se alimentavam nos seus próprios pratos, correspondente a 85%, e nas restantes seis famílias, as crianças partilham os mesmos pratos dos adultos, correspondente a 15%.

De acordo com Poulain e Proença (2003, p. 253), “a alimentação é a primeira aprendizagem social do pequeno homem” entrando no mundo. Para Frota e Barroso (2005), citado por Dias (2016, p. 4) “O comportamento dos pais em relação à alimentação infantil pode gerar repercussões duradouras no comportamento alimentar de seus filhos até a vida adulta”. Por outro lado, quando uma criança tem a sua alimentação frequentemente compartilhada, seja com a mãe ou com um outro membro da família, pode levar ao surgimento da desnutrição aguda ou crônica devido ao consumo insuficiente durante as refeições, um vez que a criança não tem capacidade de ingerir os alimentos na mesma quantidade e velocidade que as pessoas mais adultas.

A UNICEF (2021) destaca a permanência das desigualdades nos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico entre áreas urbanas e rurais de Moçambique. Embora a situação tenha melhorado nas últimas duas décadas, ainda estima-se que 64% dos habitantes de zonas urbanas têm acesso a fontes de água melhoradas, contra 17% dos habitantes de áreas rurais – onde um quinto da população ainda usa a água de superfície, sem tratamento, para beber.

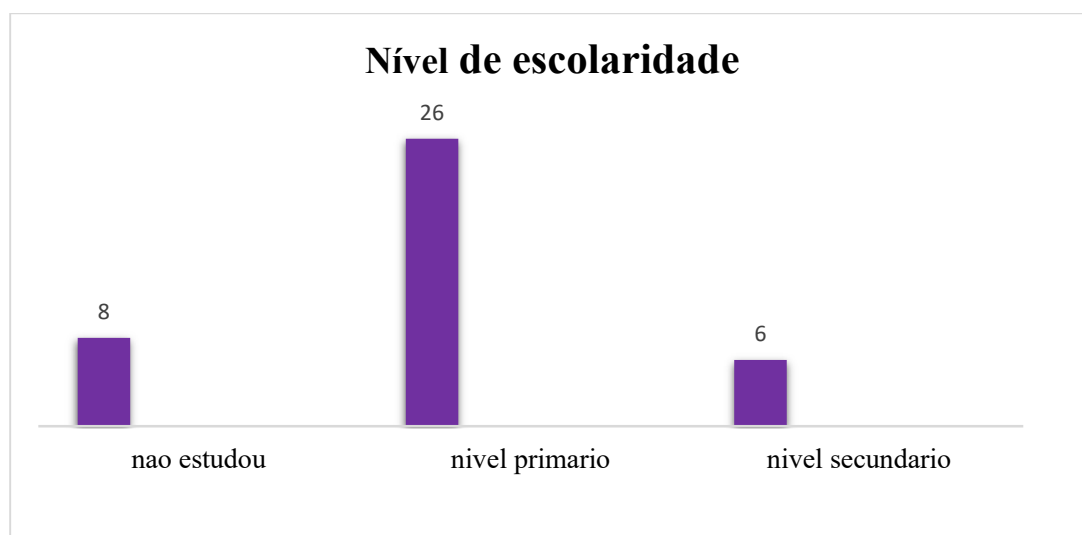
Na comunidade de Belas, a principal forma de consumo de água para o uso doméstico é através de fontenárias e poços abertos manualmente. Das famílias pesquisadas,

62.5% consomem água tratada com algum método: deixando a água ao sol, utilizando certeza<sup>9</sup> cloro ou fervendo a água, e 37.5% recorrem às águas dos poços em condições impróprias para o consumo. Como salientam Conboy e Goss (2000), no meio rural a deposição constante de dejetos animais no solo, através do pastoreio, eleva o risco de contaminação das fontes de água superficial e subterrânea.

Em relação à educação formal dos entrevistados, do total de 40 amostras deste estudo, em 20% das famílias as donas da casa não frequentaram a escola, em 65% delas, as donas de casa possuíam nível primário e os restantes 15% cursaram até o nível secundário (Figura 9). Estes dados podem estar associados a factores culturais e sociais, onde as mulheres assumem o papel domiciliar, aliado às dificuldades de acesso ao sistema nacional de educação. Segundo relatório de 2019 da Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Unesco:

...a taxa de analfabetismo de adultos em Moçambique é de 45%. Mas o número de mulheres que não sabe ler nem escrever é duas vezes superior ao dos homens. O analfabetismo é mais prevalente nas áreas rurais, onde vivem 57% das pessoas não alfabetizadas, em comparação com 23% que reside nas áreas urbanas (ONU News, 2021).

A Agência desenvolve o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para a Educação, em conjunto com o governo Moçambicano.



**Figura 9:** Escolaridade das famílias entrevistadas

**Fonte:** Dados de pesquisa, 2021

Segundo a UNICEF (2020), em Moçambique a taxa de desnutrição crônica é de 43% e afeta uma em cada duas crianças. Na província de Manica, a taxa de desnutrição crônica

<sup>9</sup> Produto usado para purificar água para o consumo humano.

é de 42%, mas durante a entrevista no povoado, 100% das famílias revelaram que nenhum dos seus filhos estiveram internados no centro de saúde local devido à desnutrição. Esse dado, no entanto, pode estar mais relacionado com a falta de sintomas de desnutrição aguda do que com a sua ausência efetiva. Como será visto adiante, o fato da criança apresentar peso compatível com a sua altura não significa que seu desenvolvimento está adequado para a sua idade.

Por outro lado, a combinação de impactos de seca e tensão política militar no centro do país, já forçou muitas famílias a abandonarem suas residências, afetando negativamente as suas formas de vida, o que pode piorar os problemas de desnutrição no futuro.

Gove (2017, p.93) chama a atenção para o relatório da SETAN de 2016 que atesta que as dificuldades de aquisição de alimentos leva agregados familiares em Moçambique “...a adoptar algumas estratégias de sobrevivência, como são os casos de redução do consumo alimentar nos adultos em benefício das crianças, a venda de alguns bens em sua posse, às vezes levando à perda de todos os seus pertences”

Como mencionado no resumo do presente trabalho, na pesquisa de campo foi também feita a medição de peso e altura em dez crianças com menos de cinco anos de idade, para avaliação do estado nutricional, cujos resultados são apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1:** Medidas antropométricas em crianças com até cinco anos

Crianças	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Idade (meses)	17	23	56	23	23	60	58	22	23	55
Sexo	F	M	M	F	M	M	F	F	M	F
Peso (Kg)	4,5	7,7	13	7,1	8,1	10	10	5,5	5,0	10
Altura (cm)	55	58	85	54	60	76	77	56	56	85
Peso normal <sup>1</sup> (Kg)	3,8-5,5	4,6-6,4	10,0-13,8	3,6-5,2	5,1-7,1	8,4-11,7	8,1-11,6	4,0-5,8	4,1-5,8	9,6-13,7
Altura normal <sup>2</sup> (cm)	74,0-85,4	81,0-92,9	98,8-116,7	79,2-91,9	81,0-92,9	100,7-119,2	99,0-117,7	78,4-90,8	81,0-92,9	97,6-115,9
Presença de desnutrição pela relação P/A*	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Presença de desnutrição pela relação A/I**	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave	Crônica Grave

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021

<sup>1</sup>- Peso esperado para aquela altura, segundo o documento “TABELAS DE CRESCIMENTO PARA RAPARIGAS DOS 0 AOS 18 ANOS DE IDADE” e “TABELAS DE CRESCIMENTO PARA RAPAZES DOS 0 AOS 18 ANOS DE IDADE” do Ministério da Saúde de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2018a)

<sup>2</sup>- Altura esperada para aquela idade, segundo o documento: “TABELAS DE CRESCIMENTO PARA RAPARIGAS DOS 0 AOS 18 ANOS DE IDADE” e “TABELAS DE CRESCIMENTO PARA RAPAZES DOS 0 AOS 18 ANOS DE IDADE” do Ministério da Saúde de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2018b)

\*- Presença de desnutrição tomando-se em conta o peso e a altura (MOÇAMBIQUE, 2018a)



\*\* - Presença de desnutrição tomando-se em conta a altura e a idade (MOÇAMBIQUE, 2018a)

Com as medidas antropométricas é possível indicar o estado nutricional da criança, isto é, altura para idade (A/I), peso para altura (P/A) e peso para idade (P/I). A relação entre altura e idade ou o índice A/I é um indicador que reflete uma situação de desnutrição crônica. A relação entre peso e altura ou o índice P/A assinala subnutrição aguda, e a relação entre peso e idade ou índice P/I combina o dois indicadores anteriores e indica a subnutrição geral (INE, 2013).

A Tabela 1 apresenta dados de peso e altura das crianças até 05 anos de idade, separadas pelo sexo e idade de cada criança. Na relação entre o peso e a altura não foi encontrada nenhuma criança com desnutrição e a de número 05 chegou a apresentar excesso de peso. Mas no que se refere a relação entre a altura e a idade, todas as crianças encontravam-se em situação de desnutrição crônica. Esse dado corrobora as respostas da EBIA em agregados familiares (AFs) com presença de menores de 18 anos e com a dieta pobre em proteína apresentada anteriormente. Os resultados da EBIA apontaram que em cerca de 70% das famílias entrevistadas, menores de 18 anos sofreram restrições alimentares.

**Tabela 2:** Porcentagem de respostas afirmativas para as questões da EBIA relativas a AFs com menores de 18 anos

Questão resumida	% de respostas SIM
Moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada?	67,5%
Moradores com menos de 18 anos de idade comeram menos do que voce achou que deveriam?	70%
Foi diminuída a quantidade de alimentos da refeição de algum morador com menos de 18 anos de idade?	70%
Algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição?	70%
Morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu?	65%
Morador com menos 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeicao ao dia?	62,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2021

Nas pesquisas realizadas por Lochs *et al.* (2006) e Sobotka (2008) citados por Gove (2017, p 35), os autores explicam que definir desnutrição em crianças menores de 5 anos torna-se algo complexo, em virtude da variação do quadro clínico e da relação multicausal. Ainda assim, ela pode ser definida como sendo o estado nutricional em que ocorre deficiência, provocando desequilíbrio de energia, proteína e outros nutrientes, causando alteração física,

tecidual, funcional e reflectidos em resultados clínicos. Segundo dados do INE (MOÇAMBIQUE, 2013), a percentagem de crianças que sofre de subnutrição crônica é mais elevada nas crianças residentes nas áreas rurais (46%) do que nas que residente nas áreas urbanas (35%).

## **Conclusão**

Depois da avaliação das famílias entrevistadas, pode-se perceber que a insegurança alimentar ainda é um grande desafio para o povoado, pois existem vários factores que contribuem para a sua permanência, como, por exemplo, as pequenas unidades de produção que os agricultores possuem, que são em média de 0,5ha, o que leva a produção e colheita de quantidades insuficientes de alimentos para suprir as necessidades alimentares de cada agregado familiar, que corresponde a uma média de cinco pessoas ou mais. O número de agregados familiares e o cultivo de pequena quantidade de alimentos estão relacionados com a prevalência de apenas duas refeições por dia. A insuficiência de recursos para a compra de sementes certificadas para a sementeira também contribui para a produção de um número reduzido de alimentos, e este cenário é característico das famílias entrevistadas. Como colocado, entre as famílias do estudo predomina o cultivo do milho e hortícolas, o que explica a pouca diversidade na alimentação.

Apesar das famílias do povoado de Belas conseguirem produzir o seu próprio alimento, a insegurança alimentar em associação com a pobreza prevalece. As políticas existentes no país não abrangem completamente a população, e o povoado de Belas precisa de políticas funcionais e abrangentes, bem como ações concretas, como, por exemplo, cursos de formação sem custos aos agricultores em temas de educação alimentar, diversificação da produção de alimentos, assistência técnica e extensão rural voltados para a educação nutricional, produção de sementes, entre outros. Durante os estudos concluiu-se também que as políticas de terra têm dado mais benefícios às grandes empresas voltadas para a exportação. Observou-se que vulnerabilidades da insegurança alimentar têm mais incidência nas famílias que dependem de trabalho informal para sua sobrevivência. Nós sonhamos com um Moçambique diferente, em que as políticas existentes não sejam implementadas apenas nos papeis, mas que sejam cumpridos os objetivos que aparecem nos relatórios da SETAN, de maior colaboração das entidades do Sistema Nacional de SAN, com descentralização na administração, execução, monitoria e avaliação dos programas de SAN.

## Referências

ABBAS, M. Segurança alimentar. Auto-suficiência alimentar: mito ou verdade? Maputo: **Observatório do Meio Rural (OMR)**, nº55 Agost. 2017.

ACB - AFRICAN CENTRE FOR BIODIVERSITY. **Subsídios em insumos em Moçambique**: o futuro dos agricultores camponeses e dos seus sistemas de sementes. Johannesburg: ACB, 2019.

AMARO, G. B.; FERNANDES, F. R.; SILVA, G. O.; MELLO, A. F. S.; CASTRO, L. A. S. Desempenho de cultivares de batata doce na região do Alto Paranaíba- MG. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 286-291, 2017.

ASSOCIAÇÃO PROGRESSO. **Projecto de promoção da batata-doce de polpa alaranjada**. Cidade de Pemba: Associação Progresso, 2016. Disponível em: <http://www.progresso.co.mz/portfolio-items/projecto-de-promocao-da-batata-doce-de-polpa-alaranjada/?cv=1>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CARRILHO, J.; ABBAS, M.; JÚNIOR, A.; CHIDASSICUA, J.; MOSCA, J. **Desafios para a segurança alimentar e nutrição em Moçambique**. Maputo: Observatório do Meio Rural, s. d. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/livro-desafios-seguranca-alimentar-e-nutricao-em-mocambique.pdf?cv=1>. Acesso em: 10 maio 2021.

CISTAC, G.; CHIZIANE E. Aspectos jurídicos, económicos e sociais do uso e aproveitamento da terra. *In*: JORNADAS DE ESTUDOS SOBRE ASPECTOS JURÍDICOS, ECONÓMICOS E SOCIAIS DO USO E APROVEITAMENTO DA TERRA, 2003, Beira, Mozambique. **Comunicações** [...]. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

CONBOY, M. J.; GOSS, M. J. Natural protection of groundwater against bacteria of fecal origin. **Journal of Contaminant Hydrology**, Amsterdam, v. 43, n. 1, p. 1-24, 2000.

DIAS, J. S. **Importância da alimentação infantil e suas repercussões na vida adulta**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Saúde da Família) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Aberta do SUS, Rio de Janeiro, 2016.

FENITA, S.; ABBAS, M. A inflação e a produção agrícola em Moçambique. **Observador Rural**, Maputo, n. 54, p. 1-28, 2017. Working Paper. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-54/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GOVE, J. I. M. **Suplementação nutricional e (in)segurança alimentar em Moçambique**: programa de reabilitação nutricional, uma reflexão sobre estrutura de coordenação de sua implementação, o caso do distrito de Marracuene- Província de Maputo. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

INE, Instituto Nacional de Estatísticas. **Relatório Preliminar do Inquérito Demográfico e de Saúde**: Maputo: INE, 2013.

INE, Instituto Nacional de Estatísticas. **Censo 2017**. Resultados definitivos. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1>. Acesso em junho de 2021.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

LOCHS, H.; ALLISON, S. P.; MEIER, R.; PIRLICH, M.; KONDRUP, J.; SCHNEIDER, S.; VAN DEN BERGHE, G.; PICHARD, C. Introductory to the ESPEN guidelines on enteral

nutrition: terminology, definitions and general topics. **Clinical Nutrition**, Edinburgh, v. 25, n. 2, p. 180-186, 2006. DOI 10.1016/j.clnu.2006.02.007.

MACUA BLOG. Estiagem compromete projecto de piscicultura. *In*: MACUA BLOG.

**Moçambique para todos**. 9 abr. 2006. Disponível em:

[https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/cat1478916/index.html?cv=1](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/cat1478916/index.html?cv=1). Acesso em: 7 jul. 2021.

MAGAU, E. M. **Relatório Panorama I**. Maputo: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2012.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatísticas. **Inquérito demográfico e de saúde: relatório preliminar**. Maputo: INE, 2013.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatísticas. **Censo 2017: IV recenseamento geral da população e habitação. Resultados definitivos**. Maputo: INE, 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Saúde. **Resumo do Seminário Nacional Sobre Nutrição Comunitária**. Maputo: MISAU, 2012.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública. **Tabelas de crescimento para raparigas dos 0 aos 18 anos de idade**: livro de referência. Maputo: MISAU, 2018a.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública. **Tabelas de crescimento para rapazes dos 0 aos 18 anos de idade**: livro de referência. Maputo: MISAU, 2018b.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório de estudo base de segurança alimentar e nutricional em 2013**. Maputo: SETSAN, 2014.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório de Monitoria da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional**. Maputo: SETSAN, 2015a.

MOÇAMBIQUE. **Pacote de Formação para o Programa de Reabilitação Nutricional: Formação do Pessoal de Saúde a Nível do Distrito**. Maputo, 2013a. Disponível em: <https://www.fantaproject.org/sites/default/files/resources/Moz-PRN-District-PARTICIPANTES-May2013.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021a

MOÇAMBIQUE. Portal do Governo. **Alimentação escolar junta agricultura e educação**. Maputo, 2015. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Alimentacao-escolar-junta-agricultura-e-educacao>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOÇAMBIQUE. Portal do Governo. **Desafio do MISAU é reduzir mortalidade materno-infantil**. Maputo, 2015b. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Alimentacao-escolar-junta-agricultura-e-educacao>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Unesco promove programa de alfabetização em Moçambique. **ONU News**, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1654602#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20de,que%20reside%20nas%20%C3%A1reas%20urbanas>. Acesso em: 2 jun. 2021.

NEGRÃO, J. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 179, p. 1-21, set. 2002.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Determinantes e desigualdade em saúde. *In*: PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Saúde nas Américas**. Washington: PAHO, 2012. Volume Regional, cap. 2. p. 13-56. Disponível em: [http://www.paho.org/saludenlasamericas/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58&Itemid=55&lang=pt](http://www.paho.org/saludenlasamericas/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=55&lang=pt). Acesso em maio de 2021.

POULAIN, J-P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003

SITOE, A; LISBOA, S. Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, província da Zambézia. **Observador Rural**, Maputo, n. 58, p. 1-43, 2017. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/Observador-Rural-58.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.

SOBOTKA, L. **Bases da nutrição clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2008.

SUIT, K.; CHOUDHARY, V. **Mozambique**: agricultural sector risk assessment: risk prioritization. Washington: World Bank Group, 2015. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/22748/Mozambique000A00risk0prioritization.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2022.

UNICEF. **Programa conjunto das Nações Unidas para a proteção social Moçambique 2017-2020. Moçambique, 2020**. Disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/media/136/file/Programa%20Conjunto%20das%20Nações%20Unidas%20para%20Protecção%20Social%20em%20Moçambique%20.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

UNICEF. **Situação da água, saneamento e higiene em Moçambique**. Mozambique, 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/%C3%A1gua-saneamento-e-higiene?cv=1>. Acesso em: 10 jul. 2021.

UNICEF. Programa conjunto das nações unidas para a protecção social Moçambique 2017-2020. UNICAF, 2018.

VIANNA, R. P. T.; SEGALL-CORREA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 111-122, 2008. Suplemento.

VUNJANHE, J.; ADRIANO, V. **Segurança alimentar e nutricional em Moçambique**: um longo caminho por trilhar. Rio de Janeiro: CERESAN, 2015. (Texto para Discussão, 6).

## **FOOD AND NUTRITION INSECURITY IN THE BELAS VILLAGE - DISTRICT OF VANDÚZI. Assessment of catalyst factors among subsistence farmers**

### **Abstract**

Several studies carried out in Mozambique point out that there is a high degree of Food Insecurity throughout the national territory, which is also proven by research carried out in the village of Belas, located in the district of Vandúzi in the province of Manica. The present study is based on a mixed research (qualitative and quantitative) of exploratory-descriptive genre. In this context, a sample of 40 families within the village of Belas was randomly selected and the

number of families facing food and nutrition insecurity was evaluated based on interviews using the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). In addition, 10 children under 5 years of age were measured for height and weight. As a result of the field research, it was found that of the 40 selected families, 31 families had Severe Food Insecurity, three had Moderate Food Insecurity; one had Moderate Food Insecurity that tends to worsen, and only two families presented Food Security. These data allow us to infer that public policies in Mozambique, especially in the village of Belas, are not being implemented with due efficiency, because they are not known by these small farmers, thus contributing to high rates of families in Food Insecurity.

**Keywords:** Food Insecurity, Farmers, Public Policy, Malnutrition

### **INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN LA ALDEA DE BELAS-DISTRITO DE VANDÚZI. Evaluación de factores catalizadores en agricultores de subsistencia**

#### **Resumen**

Varios estudios llevados a cabo en Mozambique señalan que existe un alto grado de Inseguridad Alimentaria en todo el territorio nacional, lo que también lo demuestran las investigaciones realizadas en la aldea de Belas, ubicada en el distrito de Vandúzi en la provincia de Manica. El presente estudio se basa en una investigación mixta (cualitativa y cuantitativa) de género exploratorio-descriptivo. En este contexto, se seleccionó aleatoriamente una muestra de 40 familias dentro de la aldea de Belas y se evaluó el número de familias en situación de inseguridad alimentaria y nutricional con base en entrevistas utilizando la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA). Además, se midió la altura y el peso de 10 niños menores de 5 años. Como resultado de la investigación de campo, se encontró que de las 40 familias seleccionadas, 31 familias tenían Inseguridad Alimentaria Severa, tres Inseguridad Alimentaria Moderada; uno tiene Inseguridad Alimentaria Moderada que tiende a empeorar, y solo dos familias se encontraban en Seguridad Alimentaria. Estos datos permiten inferir que las políticas públicas en Mozambique, especialmente en la localidad de Belas, no se están implementando con la debida eficiencia, por no ser conocidas por estos pequeños agricultores, contribuyendo así a altas tasas de familias en Inseguridad Alimentaria.

**Palabras clave:** Inseguridad Alimentaria, Agricultores, Políticas Públicas, Desnutrición.